

DIMENSÕES SOCIAIS DA SUSTENTABILIDADE EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL: UM ENFOQUE TEÓRICO-METODOLÓGICO

Costa Neto, Canrobert (CPDA/UFRRJ, Brasil)

Anjos, Maylta B. (Doutoranda CPDA/UFRRJ, Brasil)

Desenvolvimento, Agricultura e Sustentabilidade

Abordaremos, neste ensaio, o tema da sustentabilidade na agricultura, visando integrá-lo aos esforços teórico-metodológicos das análises sobre permanência, continuidade e emancipação dos assentamentos rurais no Brasil.

A utilização da noção de desenvolvimento sustentável tem-se mostrado aparentemente indispensável nas discussões sobre a política de desenvolvimento no final do século XX (Brüseke, 1995). Brüseke assinala que “o conceito de desenvolvimento sustentável tem uma conotação extremamente positiva. Tanto o Banco Mundial, quanto a Unesco e outras entidades internacionais adotaram-no para marcar uma nova filosofia do desenvolvimento que combina eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica. Esse tripé virou fórmula mágica, que não falta em nenhuma solicitação de verbas para projetos de natureza mais variada no campo eco-sócio-econômico dos países e regiões do nosso “velho” terceiro mundo” (Brüseke, 1995:35).

Para além do caráter “oficialista” e reducionista corretamente apontado por Brüseke, a questão do desenvolvimento sustentável pode ser interpretada também por um outro ângulo, até certo ponto diferenciado. Trata-se de reconhecer que “a idéia de desenvolvimento induz ao conhecimento de vias sinuosas e múltiplas da modernidade” (Almeida, 1997:58).

Almeida identifica-se com uma noção “sócio-ambientalista” de desenvolvimento sustentável quando afirma que “a questão que se coloca hoje diz respeito, portanto, à

possibilidade de nascimento de um novo modo de desenvolvimento ou de organização social desenvolvimentista, modernizadora e nacionalista, que tenha uma base social, econômica e ambiental mais sustentável”.

Desvencilhando-se, de alguma maneira, da noção de desenvolvimento Almeida procura estabelecer correlações entre agricultura e “sustentabilidade”. Assim sendo, a sustentabilidade na agricultura deveria estar calcada, basicamente, na superação da limitação imposta às atividades agrícolas pelas diretrizes advindas da Revolução Verde.

É o que se depreende das seguintes considerações: “Todo o ideário da transformação produtiva e tecnológica da agricultura nos últimos 25 anos, particularmente a partir do período expansionista dos “anos do milagre” que caracterizou a economia brasileira do final dos anos 60 em diante, teve no padrão tecnológico produtivo americano seu modelo. Vários problemas, entretanto, ocorreram neste período, especialmente no que tange à desigualdade social e especialmente à sustentabilidade (econômica e ecológica) da produção agrícola no longo prazo”.

Salientando o caráter predominantemente ambientalista conferido ao termo, Almeida resume a questão da sustentabilidade a seu aspecto tecnológico, quando afirma que “ no final da década de 1980, na literatura sobre a agricultura mundial, o qualificativo sustentável passa a atrair a atenção de um número crescente de profissionais, pesquisadores e agricultores, fazendo surgir uma infinidade de definições sobre o termo. É fácil perceber, através de diferentes manifestações hoje, que os termos agricultura e desenvolvimento sustentáveis indicam um anseio a um novo paradigma tecnológico que não agrida o meio ambiente, servindo para explicar a insatisfação com a agricultura convencional ‘moderna’ (Almeida, 1997:71).

Um avanço, a nosso ver, na caracterização da sustentabilidade em relação à agricultura pode ser percebido no texto de Ehlers sobre agricultura sustentável. Aqui, a

sustentabilidade é encarada de forma menos restrita aos aspectos tecnológicos e ambientais, a partir de uma preocupação em promover a discussão entre questões “naturais” e “sociais” no âmbito da agricultura sustentável. Ehlers admite que “as discussões ‘naturais’ tem se sobreposto às questões ‘sociais’, impedindo transformações mais profundas na estrutura da produção. E é esta suposta “superficialidade” das mudanças embutidas na noção de sustentabilidade, que explicaria sua ampla aceitação nos segmentos mais conservadores da sociedade”.

Ehlers detecta, também, o fato de que as questões sociais são mais antigas do que a problemática natural, em termos da discussão sobre os caminhos da agricultura, originando uma maior identificação entre uma noção teórica mais contemporânea, como a de sustentabilidade, e temáticas mais recentes, como as que dizem respeito à influência de fatores de ordem natural no campo: “...não se pode perder de vista que os problemas sociais relacionados com a agricultura - como a concentração fundiária e a concentração de rendas, as precárias condições de trabalho ou mesmo a fome e a miséria - são problemas muito mais antigos. E o processo histórico que resultou nas atuais discussões sobre a noção de sustentabilidade tem origem no agravamento dos problemas ambientais, principalmente a erosão dos solos, a contaminação dos recursos hídricos e a destruição das florestas. Portanto, parece coerente a ‘inclinação’ para as questões naturais”(Ehlers, 1999:112).

Vemos, portanto, que a noção de sustentabilidade na agricultura parece carecer de uma crítica que não só permita rever a prioridade até então normalmente atribuída aos aspectos tecnológicos e ambientais, como também procure redimensionar os papéis do social e do natural no tratamento das questões em debate.

Situando a questão da sustentabilidade na agricultura em outro patamar, Costa Neto afirma que tecnologias empregadas no campo não são responsáveis, por si só, por

um maior ou menor grau de sustentabilidade na agricultura, adendando que a definição do que seja ou não sustentável não pode ter como único parâmetro os aspectos ambiental e ecológico.

Para Costa Neto, “as tecnologias alternativas quando adaptadas a atividades produtivas que não estão voltadas diretamente para a acumulação de capital e a produção em larga escala - diferentemente do que ocorre na perspectiva biotecnológica em relação aos complexos agroindustriais empresariais - prestam-se a um tipo de desenvolvimento rural de características sustentáveis, pois a essas formas alternativas de tecnologia associam-se três elementos essenciais à sustentabilidade: a preocupação ecológico ambiental, a estrutura social agrária com base na unidade familiar e o conseqüente trabalho agrícola associativo e cooperado. Atualmente, no Brasil, a integração desses elementos vem sendo constituída, ainda que lenta e penosamente, em pequenas propriedades e assentamentos rurais”(Costa Neto, 1999:320).

As referências acima constituem-se em uma síntese preliminar deste trabalho, até aqui. As relações apontadas entre sustentabilidade, pequena produção e assentamentos rurais serão retomadas mais adiante, no texto. O que deve ficar assinalado é o fato de que a noção de agricultura sustentável não contém apenas o significado ambiental tecnológico, o que implica na possibilidade de se repensar os papéis do natural e do social na composição da definição do que pode ser entendido como sustentabilidade na agricultura, essencialmente na pequena produção.

Sustentabilidade e Dimensões

Ao procurar estabelecer as bases do chamado pensamento complexo, Morin afirma que este tenta dar conta daquilo que o pensamento mutilante desfaz. “Se tentarmos pensar no fato de que somos seres ao mesmo tempo físicos, biológicos,

sociais, culturais, psíquicos e espirituais, é evidente que a complexidade é aquilo que tenta conceber a articulação, a identidade e a diferença de todos esses aspectos, enquanto o pensamento simplificante separa esses diferentes aspectos, ou unifica-os por uma redução mutilante”(Morin, 1996:176).

Morin intui que “a aspiração à complexidade tende para o conhecimento multidimensional. Ela não quer dar todas as informações sobre um fenômeno estudado, mas respeitar suas diversas dimensões: assim como acabei de dizer, não devemos esquecer que o homem é um ser biológico-sócio-cultural, e que os fenômenos sociais são, ao mesmo tempo econômicos, culturais, psicológicos etc. Dito isto, ao aspirar à multidimensionalidade, o pensamento complexo comporta em seu interior um princípio de incompletude e de incerteza”(Morin, 1996:176).

Mesmo sem se referirem a possíveis filiações filosófico-epistemológicas, alguns autores tratam o tema da sustentabilidade e do desenvolvimento de forma multidimensional. Trata-se de Sachs e Almeida. Sachs subdivide a sustentabilidade em cinco dimensões: a social, cujo objetivo é “construir uma civilização do ‘ser’, em que exista maior equidade na distribuição do ‘ter’ e da renda...”; a econômica, que parte da “alocação e gestão mais eficiente dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado”; a ecológica que visa à “regulação dos meios de produção e padrões de consumo”; a espacial, identificada com uma “...configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas...” e a cultural que visa à “...busca das raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção...” (Sachs, citado por Monteiro, 1999).

Como bem observa Monteiro, “apesar de dedicar alguma atenção aos valores não materiais, proposições como a de Sachs, que pretendem estar seguindo

rigorosamente os pontos de pauta da Agenda XXI, são ainda baseados num princípio de mais informação e priorizam a gestão racional dos recursos materiais. Não temos dúvida em situar estes trabalhos entre aqueles que partilham do tecnocentrismo...” (Monteiro, 2000:9).

Baseando-nos em Morin, podemos dizer que a multidimensionalidade, proposta por Sachs, carece da necessária complexidade, pois deixa de articular devidamente cada uma das “sustentabilidades” propostas. Ou, no sentido atribuído por Capra (1982:95), parece ocorrer com a proposta de Sachs uma redução do todo (a noção de sustentabilidade) “a seus constituintes fundamentais” (as dimensões assinaladas), o que derivaria numa perda de capacidade de entender as atividades coordenadas como um todo.

Outra interpretação multidimensional é apresentada por Almeida. Referindo-se à noção de desenvolvimento, Almeida afirma que esta noção “pretende evidenciar todas as dimensões - econômica, social e cultural - da transformação estrutural da sociedade. Nesse sentido, o desenvolvimento remete às estruturas sociais e mentais. Nesta visão, a dimensão econômica interage de modo recíproco com os aspectos sócio-culturais” (Almeida, 1997:55).

A definição apresentada aponta para a multidimensionalidade complexa, dialética, articuladora do todo com as partes constitutivas, “dedicando atenção aos valores não materiais”. Porém, o desdobramento prático desta proposição ainda não é visível. Explicitaremos mais adiante, no texto, nossa proposta de sustentabilidade social multidimensional.

Assentamentos e Dimensões

É possível identificar entre pesquisadores de assentamentos rurais de reforma agrária no Brasil, alusões a diferentes dimensões no trato das questões relacionadas ao referido tema. Dois trabalhos recentes, em particular, referem-se a dimensões em assentamentos (Leite, 1997 e Leite e Medeiros, 1999).

Leite fala em dimensões sócioeconômicas e dimensões “internas” dos assentamentos. O outro trabalho mencionado, acerca das dimensões em assentamentos (Medeiros e Leite, 1999) trata da dimensão “fundiária/ambiental”.

É curioso perceber que a utilização, pelos autores citados, das dimensões como recurso teórico-metodológico para interpretar os assentamentos, embora não vise constituir um todo estruturado, em torno da noção de sustentabilidade (nenhuma vez por eles referida), permite que se verifique complexas articulações entre as dimensões relacionadas. Não foi este o caso, como vimos, das tentativas de outros autores em estabelecer vinculações consistentes entre dimensões da sustentabilidade na agricultura.

Dimensões Sociais da Sustentabilidade em Assentamentos Rurais

Considerando que a noção de agricultura sustentável supera o significado ambiental tecnológico, o que implica na possibilidade de se pensar na redefinição dos papéis do natural e do social na composição do que pode ser entendido como sustentabilidade na agricultura, essencialmente na pequena produção, voltando a ênfase para o segundo; considerando que compreendemos a multidimensionalidade complexa, dialética, articuladora do todo com as partes constitutivas, como sendo aquela que pretende evidenciar todas as dimensões - econômica, social e cultural - da transformação estrutural da sociedade”, caracterizando, assim, o desenvolvimento (rural, sustentável) “remetido às estruturas sociais e mentais, onde a dimensão

econômica interage de modo recíproco com os aspectos sócio-culturais”; considerando que a noção dialético-complexa de dimensões enquanto recurso teórico-metodológico para interpretar os assentamentos rurais visa a constituir um todo estruturado, em torno da noção de sustentabilidade, que propicie o estabelecimento de complexas articulações entre as dimensões relacionadas; considerando que os três aspectos acima elencados perfazem uma totalidade, a partir de suas interações recíprocas, adotaremos daqui para a frente, neste trabalho, a seguinte formulação: a sustentabilidade na agricultura é uma sustentabilidade social, que se constitui num todo multidimensional complexo, integrado por dimensões sociais.

Nosso objetivo, a partir de agora é verificar a viabilidade teórico-metodológica da determinação do perfil de sustentabilidade social de assentamentos rurais de reforma agrária no Brasil. Para tanto, apresentamos uma proposta teórico-metodológica, a ser imediatamente desenvolvida, que consiste em designar quatro dimensões sociais constitutivas da sustentabilidade em assentamentos.

Dimensão Sóciopolítica da Sustentabilidade

Quando nos referimos, anteriormente, às “dimensões internas” dos assentamentos, trazidas à discussão por Leite(1997) e Medeiros e Leite(1999), começamos, antecipadamente, a debater a dimensão sóciopolítica da sustentabilidade em assentamentos rurais. A posição consensual da tendência formada por estes autores acerca da dimensão “interna” dos assentamentos pode ser resumida no seguinte trecho de uma passagem há pouco aludida: “...a análise tem privilegiado as dimensões internas ao assentamento e...os resultados...têm sido cruciais para romper com uma tendência...que é a de um certo comunitarismo no plano interno, negando-se tensões inerentes aos processos sociais”(Medeiros e Leite, 1996).

Por outro lado, Castro et alli(citado por Leite, 1997:165) afirmam que “os projetos de reforma agrária, mesmo quando em termos médios, apresentam resultados satisfatórios, desenvolvem em seu interior forte heterogeneidade, em que , a nosso ver, está a raiz de sua futura desestruturação”.

Também Zamberlam e Froncheti (1997:183-184) perceberam em suas pesquisas que “a viabilização das pequenas propriedades de assentados passa pela necessidade de adoção de novas formas de cooperação (cooperar é agir em conjunto, é trabalhar solidariamente), seja na produção propriamente dita, seja na comercialização, ou seja na definição das políticas de desenvolvimento”.

Costa Neto(1998:16) assinala que “observa-se um deslocamento, ainda que gradual, das formas meramente particulares de produção, para outras, de caráter eminentemente cooperativo, nos assentamentos”. A polarização, neste caso, encontra-se localizada na questão do que é inerente ao assentamento (para que ele prospere e se emancipe socialmente, ou que seja a forma mais democrática de convivência): o regime associativo, cooperativo, “comunitário” ou o parcelário, individual?

Dimensão Sócioambiental da Sustentabilidade

Do ponto de vista sócioambiental, a questão da agricultura sustentável divide-se entre dois paradigmas: o da “Revolução Verde” e dos transgênicos e o da agroecologia, que incorpora as chamadas tecnologias alternativas. Em recente levantamento, Costa Neto(1999, 313) identificou padrões de não sustentabilidade no paradigma biotecnológico industrial. “Confrontando os métodos empregados pela agricultura convencional biotecnológica com a noção alternativa de sustentabilidade, pela qual, dentre outros aspectos, exige-se um desenvolvimento que seja holístico, portanto sistêmico e não excludente em termos sociais, que garanta a autonomia e a

autosuficiência dos produtores e que não esteja submetida a uma estrutura de dependência, baseada na “ajuda” e na transferência de tecnologia, verifica-se a não sustentabilidade da biotecnologia, em particular e da produção agrícola industrializada, convencional, em termos gerais”.

Em contrapartida percebeu-se que a agricultura alternativa, ligada à agroecologia, “possui diversas características que a relacionam com o ideal de sustentabilidade...”.

Dimensão Sócio-cultural da Sustentabilidade

Deve-se, aqui, levar em conta o comentário de Leite(1997:164) sobre a condição “sociológica” dos assentados. “...de um ponto de vista mais estritamente sociológico, identificá-los (aos assentados) por suas características formais, à pequena produção, implica em perder de vista os processos de conflito, geração de utopias, peculiaridades da ação governamental, etc. que os caracterizam”.

Neste sentido, cabe pesquisar e interpretar as transformações sócio-culturais a que se submetem os assentados rurais. Até que ponto o assentado se reconhece como tal, em relação aos papéis sociais que desempenhava anteriormente? Esta e outras questões que elucidem a relação passado/presente da vida do assentado vão permitir verificar o grau de adequação do agricultor às condições de seu trabalho.

Metodologicamente, pode-se recorrer, neste caso, a duas linhas teóricas de investigação que parecem-nos complementares. Uma destas vertentes pode ser encontrada em Rosa (2000), cujo trabalho em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul analisou “como os recém-chegados - assentados - relacionam-se com os representantes políticos locais”, utilizando-se da noção de “figuração”.

Outro trabalho, este voltado não para assentamentos (embora adaptável a eles), mas para a agricultura familiar, utiliza-se da teoria metodológica concebida em torno da noção de representações sociais, com o emprego de reflexões prático-teóricas sobre o tema, Oliveira (2000) faz uma minuciosa abordagem das características sócio-históricoculturais de uma população de agricultores familiares em uma comunidade tradicional da área fronteira ao Parque Estadual do Rio Doce, em Minas Gerais.

Dimensão Sócioeconômica da Sustentabilidade

Esta dimensão aponta para o debate em torno da noção de pluriatividade. Antes de inserirmos o tema na questão dos assentamentos, é importante situar o núcleo da discussão, em torno da noção de pluriatividade, em condições de agricultura familiar. Carneiro (1999:337) promove uma síntese de seu pensamento a respeito: “Recuperando nossa postulação inicial sobre a pluriatividade como articulação de atividades não agrícolas na dinâmica da agricultura familiar, cumpre então, em primeiro lugar, reconhecer uma agricultura familiar ‘pluriativa’ e outra ‘não pluriativa’, ou seja, exclusivamente agrícola...Todas essas formas podem ser enquadradas na categoria genérica de ‘verdadeiro agricultor’, não no sentido de terem ‘sucesso econômico’ ou de serem ‘profissionais’ mas no sentido de terem sua reprodução social - econômica e cultural - garantida pela produção agrícola”.

Interpretando as unidades pluriativas, Carneiro (1999:338) salienta: “As unidades pluriativas, por sua vez, também podem vivenciar situações de sucesso ou de insucesso econômico associadas a padrões diferenciados de bem estar social e integração aos mercados (agrícolas e não agrícolas)... O que é importante reconhecer, nesses casos, é que, seja por razões de ordem econômica, cultural, ou ambas, a

reprodução social incorpora atividades de setores distintos da economia, conformando o que alguns de nós temos denominado de “nova ruralidade” ou de “novo rural”.

Leite, por outro lado, destaca que um elemento enfatizado na análise dos assentamentos é o problema das diferenças geradas no interior dos mesmos, especialmente no que se refere à concentração da renda. “O que merece registro, todavia, é o fato de que nos assentamentos torna-se possível definir uma base produtiva e social para que os beneficiários disponham de meios de inserção aos diversos níveis de mercado (produtos, trabalho, etc.), mesmo que no limite venham a complementar a renda familiar com atividades não necessariamente agrícolas (em geral atividades vinculadas ao processamento da produção ou atividades ligadas à produção e serviços vinculados à reprodução do núcleo como um todo) ou com atividades econômicas desenvolvidas fora do núcleo”(Leite, 1999:166).

Conclusão

Conforme registramos anteriormente, Morin assinala ser evidente “que a complexidade é aquilo que tenta conceber a articulação, a identidade e a diferença...enquanto o pensamento simplificante separa esses diferentes aspectos, ou unifica-os por uma redução mutilante”. Em outra passagem, também anteriormente assinalada, o próprio Morin afirma que “...a complexidade...não quer dar todas as informações sobre um fenômeno estudado, mas respeitar suas diversas dimensões...”

Capra preocupa-se que não se pratique uma redução do todo a seus constituintes fundamentais. Procuraremos, então, nesta conclusão, dar conta dos procedimentos teórico-metodológicos formulados.

Trabalharemos a noção de sustentabilidade como um todo multidimensional, resultante da articulação complexa e dialética de quatro dimensões sociais que

apresentam, entre si, identidades e diferenças. Pretende-se, portanto, que a noção totalizadora de sustentabilidade social em assentamentos rurais no Brasil, seja derivada de interpretações extraídas da articulação entre as dimensões consideradas.

Trata-se, então, de promover uma investigação teórico-metodológica, em um ou mais assentamentos rurais de reforma agrária no Brasil; com base nas seguintes premissas teóricas: para que um assentamento prospere e se emancipe socialmente ou para que estabeleça a forma mais democrática de convivência, que tipo de organização social interna é a mais adequada? A que se baseia no regime associativo, cooperativo, “comunitário” ou no parcelário, individual? Que padrão de sustentabilidade ambiental deve ser utilizado para aferir a melhor forma de uso tecnológico a ser empregado nos assentamentos: o da Revolução Verde e dos transgênicos ou o da agroecologia? Considerando que a relação passado/presente, na vida do assentado, influencia o grau de adequação deste produtor às condições de seu trabalho, até que ponto o assentado se reconhece como tal, em relação aos papéis sociais que desempenhava anteriormente? A pluriatividade, enquanto noção originalmente derivada dos estudos sobre agricultura familiar, não assentada, mantém validade em condições de assentamento?

O rebatimento metodológico destas questões teóricas seria o seguinte: analisar a relação entre os assentados e suas organizações e as formas associativas, cooperativas e familiares predominantes, visando localizar as trajetórias dos assentamentos, as redes de relações estabelecidas antes e depois da criação do projeto, as diferentes formas e efeitos da intervenção estatal e o processo de produção de novas identidades; identificar e contrastar os tipos de tecnologias agrícolas empregadas na produção, nos assentamentos; eleger procedimentos de avaliação metodológica que permitam vislumbrar os processos de conflito, geração de utopias, peculiaridades da ação governamental, dentre outros, que caracterizam os assentados; identificar a forma de

trabalho predominante entre os assentados (se fundamentalmente agrícola ou não necessariamente agrícola) e os níveis de renda correspondentes.

Bibliografia

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. *Revista da Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior*, vol 15, número especial, 1997, p. 51-85.

BRÜSEKE, Franz J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (org) *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. Cortez ed., São Paulo, 1995.

CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação* São Paulo, Cultrix, 1982.

CARNEIRO, Maria José F. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: Carvalho Costa, L.F. e outros (org.) *Mundo Rural e Tempo Presente* Rio de Janeiro, Mauad, 1999. p. 323-344.

COSTA NETO, Canrobert. Agricultura sustentável, tecnologias e sociedade. In: Carvalho Costa, L.F. e outros (org.) *Mundo Rural e Tempo Presente* Rio de Janeiro, Mauad, 1999. p. 299-321

COSTA NETO, Canrobert. Reforma Agrária no Brasil: a intervenção do MST e a atualidade do programa de transição. *Revista Outubro*, no.2, 1998, p. 5-19.

EHLERS, Eduardo. *Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. Guaíba, Livraria Editora Agropecuária, 1999.

LEITE, Sérgio. Assentamentos rurais no Brasil: impactos, dimensões e significados. STÉDILE, J. P. (org). *A reforma agrária e a luta do MST*, Petrópolis, Vozes, 1997, p. 157-176.

- MEDEIROS, Leonilde e LEITE, Sérgio (org) *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1999, p.7-17.
- MEDEIROS, Leonilde e LEITE, Sérgio (coord) Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais, Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ/FINEP, 1996 (mimeo).
- MONTEIRO, Rosa C. Mutações das paisagens ribeirinhas no Alto Santana: parâmetros para um desenvolvimento regional sustentável, exame de qualificação, ms., 2000.
- MORIN, Edgar. *Ciência com Consciência*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.
- OLIVEIRA, Ivone A . Comunidade tradicional e preservação ambiental: uma interpretação das representações sociais de agricultores familiares do entorno do Parque Estadual do Rio Doce – MG. Dissertação de Mestrado, CPDA/UFRRJ, 2000.
- ROSA, Marcelo de C. O sem-terra partido ao meio: um estudo de caso das relações sociais entre assentados e municípios receptores na região da Grande Porto Alegre – RS. Dissertação de Mestrado, CPDA/UFRRJ, 2000.
- ZAMBERLAN, Jurandir e FRONCHETI, Alceu. Respostas econômicas de assentamentos rurais: um estudo de caso. In: STÉDILE, J. P. (org). *A reforma agrária e a luta do MST*, Petrópolis, Vozes, 1997, p.177-188.